

Eixo Temático: Estratégia e Internacionalização de Empresas

COREDE FRONTEIRA NOROESTE: UMA ANÁLISE DOS ATORES SOCIAIS

COREDE BORDER NORTHWEST: AN ANALYSIS OF SOCIAL ACTORS

Ana Cláudia Leite, Betina Beltrame, Aline Ledermann Tizotte e Sergio Luis Allebrandt

RESUMO

O objetivo do artigo é identificar e diferenciar os atores sujeitos do Corede Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, sendo este, composto por 20 municípios, onde Santa Rosa figura como o município-sede. Os dados foram coletados por meio de conversas com representantes dos grupos de interesse envolvidos. Para o tratamento das informações obtidas, utilizou-se o quadro cidadania deliberativa, critérios de análise proposto por: Tenório (2007), Castellà e Jorba (2005), Jorba, Martí e Parés (2007), Parés e Castellà (2008) *in* Tenório (2012b), para discutir a categoria pluralismo, a qual enfatiza os critérios: participação e perfil dos atores, focos desta pesquisa. Destaca-se que quanto à categoria pluralismo “o Estado pluralista é simplesmente um Estado onde não existe uma fonte única de autoridade que seja competente em tudo e absolutamente abrangente, isto é, a soberania, onde não existe um sistema unificado de direito, nem um órgão central de administração, nem uma vontade política geral. Pelo contrário, existe ali a multiplicidade na essência e nas manifestações” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1999, p.928). Contudo, o que se pode observar é que os atores ainda podem ter dúvidas quanto ao real papel do Corede estudado, e este, ainda busca maior clareza por parte da sociedade regional sobre seu papel.

Palavras-chave: Corede, sujeito, atores, cidadania, desenvolvimento.

ABSTRACT

The aim of this paper is to identify and differentiate the actors subjects COREDE Northwest Frontier of the State of Rio Grande do Sul, which is composed of 20 municipalities, where Santa Rosa figure as the host municipality. Data were collected through conversations with representatives of the interest groups involved. For the treatment of information obtained, we used the framework deliberative citizenship, analysis criteria proposed by: Tenorio (2007), and Castellà Jorba (2005), Jorba, and Parés Martí (2007), and Parés Castellà (2008) *in* Tenorio (2012B), to discuss the category pluralism, which emphasizes the criteria: participation and profile of the players, this research focuses. It is noteworthy that the category pluralism as "the pluralist state is simply a state where there is no single source of authority that is competent in everything and absolutely comprehensive, ie, sovereignty, where there is a unified system of law, not a central organ of administration, nor a general political will. Rather, there exists a multiplicity in essence and manifestations "(BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1999, p. 928). However, what can be observed is that the actors can still have doubts about the real role of COREDE studied, and this, still seeking clarity on the part of the regional society on its role.

Keywords: Corede, guy, actors, citizenship, development.

INTRODUÇÃO

Tomar como base o fórum de discussão, decisão e integração de políticas, ações, lideranças e recursos orientados à promoção do desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul (COELHO; FRIZZO; MARCONDES, 2010), em outras palavras, Conselho Regional de Desenvolvimento - Corede, analisando a relação entre sujeito e objeto, mais especificamente na identificação de atores, é o propósito deste artigo. Para tanto, o objeto se foca no Corede Fronteira Noroeste e seus atores e atores sujeitos.

De acordo com os dados divulgados pela Fundação de Economia e Estatística - FEE/RS (2013), a região Fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul - RS é composta por vinte municípios, abrangendo uma área total de 4.689 Km² (2011), com uma população de 203.421 habitantes (2011), sendo que a densidade demográfica é de 43,4 hab/km² (2011). O Produto Interno Bruto per capita médio é de R\$ e PIB per capita R\$ 21.304 (2010) e a expectativa de vida ao nascer situa-se na faixa de 73,87 anos (2000) e a taxa de analfabetismo fica em torno de 4,47% (2010), tendo como coeficiente de mortalidade infantil (2010): 13,51 por mil nascidos vivos. Está situada no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, na fronteira com a Argentina.

As reflexões aqui desenvolvidas dirigem-se para atender a objetivos sustentados na identificação e diferenciação dos atores e atores sujeitos dos processos de desenvolvimento regional harmônico e sustentável, da integração dos recursos e das ações do Governo e da região; da melhoria da qualidade de vida da população; da distribuição equitativa da riqueza produzida, do estímulo à permanência do homem na sua região e da preservação e recuperação do meio ambiente, os quais são todos objetivos gerais dos Coredes (COELHO, FRIZZO e MARCONDES, 2010).

Os referenciais metodológicos do estudo partem de diferentes autores que dão sustentação aos dados analisados. Ademais, foram entrevistadas as lideranças e analisados os documentos do Corede Fronteira Noroeste. Para o tratamento das informações obtidas, utilizou-se o quadro cidadania deliberativa, critérios de análise proposto por: Tenório (2007), Castellà e Jorba (2005), Jorba, Martí e Parés (2007), Parés e Castellà (2008) *in* Tenório (2012b) demonstrado na figura 1, para discutir a categoria pluralismo, a qual enfatiza os critérios: participação de diferentes atores e perfil dos atores, que são os focos desta pesquisa.

Considera-se que a atuação dos sujeitos é fundamental na medida em que os atores sociais e o governo compartilham a responsabilidade pelas decisões e ações a serem implementadas e pela gestão do plano de desenvolvimento (MORAIS e DANTAS, 2006), portanto, a relação seria sujeito-sujeito numa conexão solidária ou negociada entre os envolvidos na ação e principalmente amparada nos princípios da igualdade, solidariedade e liberdade (TENÓRIO, 2012a).

O presente artigo está dividido em quatro partes. Na primeira, é feita uma breve introdução sobre o assunto. A segunda fica explicitada a base teórica que fundamentou o presente artigo juntamente com a análise. Na terceira tem-se a metodologia utilizada. A última parte serve de conclusão, seguida pelas referências usadas.

REVISÃO DA LITERATURA:

COREDE FRONTEIRA NOROESTE: um olhar voltado para os atores sociais

A fim de compreender a complexidade do mundo da vida, “que é a cultura (conhecimento), a sociedade (ordem legítima) e a personalidade (identidade individual)” (TENÓRIO, 2008, p. 19) a gestão social se fundamenta na interdisciplinaridade. A prática interdisciplinar é intencional e requer uma postura interdisciplinar, afirma Severino (1989). Ela está centrada numa concepção articulada, construída por conhecimentos empíricos e teóricos fornecidos pelas várias ciências. No entanto, o autor alerta para a necessidade da

existência de um “processo vivificador de discussão, que explicita as correlações e reciprocidades de significação” (SEVERINO, 1989, p. 21).

A complexidade em nível de indivíduo é tão grande que são necessárias várias pessoas para dar aporte ao sujeito. Sendo assim, a teoria da gestão social vem a contribuir para a emancipação do homem. Desta forma:

a gestão social é entendida “como processo gerencial dialógico em que a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social- público, privado ou de organizações não-governamentais). O adjetivo social qualificando o substantivo gestão será entendido como o espaço privilegiado de relações sociais no qual todos têm o direito à fala, sem nenhum tipo de coação) (CANÇADO, TENÓRIO e PEREIRA, 2011, p.688).

O conhecimento é transversal e por isto, exige que as pessoas interajam. Neste sentido, o Corede Fronteira Noroeste, deixa claro em sua visão a função de articular os atores sociais, políticos e econômicos da região, inclusive colaborando para organizar os segmentos desorganizados, transformando-os em sujeitos coletivos, capazes de formular suas próprias estratégias de desenvolvimento e, assim serem construtores de seus próprios modelos de desenvolvimento regional (COELHO, FRIZZO e MARCONDES, 2010).

Nesse íterim é importante ressaltar que não se discute nem seres orgânicos e nem inorgânicos e sim, seres sociais, e o que tais seres realizam na perspectiva do ser social uma vez que ninguém age isoladamente. O determinante passa a ser a sociedade e não o mercado (TENÓRIO, 2010). O ser social reage e tem como característica fundamental o trabalho, portanto, não pensa crescimento como pensa desenvolvimento.

O Corede Fronteira Noroeste não parte de uma teoria organizacional e sim do determinante, sociedade. Sendo assim, é um tema voltado para a decisão política que envolve a cidadania. Cidadania deliberativa entendida a partir da concepção republicana (política como elemento constitutivo da sociedade) e do conceito de cidadão republicano que tem na participação, uma prática comum, em prol do bem estar comum (TENÓRIO, 2008). Esta então é validada a partir de esferas públicas em que todos os interessados argumentam, pelo fundamento da inclusão (TENÓRIO, 2012b).

Diante de uma tentativa de modificar o modelo da matriz sociopolítico mercadocêntrica, o qual é excludente e transita ainda no modelo estadocêntrico, que é paternalista, os Coredes surgem, então, como uma alternativa pautada na “elaboração e aplicação de uma visão ou concepção sociocêntrica, que transcenda e supere o falso dilema ahistórico e estático que opõe binariamente Estado a mercado” (TENÓRIO, 2008, p. 12), uma vez que a gestão social pensa numa gestão compartilhada, já que o Estado neoliberal não está preocupado em pensar nas carências sociais.

Para que isto ocorra é preciso ter um conhecimento contextualizado do objeto de estudo e isto implica em levar em consideração a cultura local e não ser assistencialista. O processo de discussão deve ser implementado pelas partes envolvidas na perspectiva da interação entre sociedade e Estado a fim de convergir interesses e não pelos interesses dos indivíduos ou grupos específicos.

Neste sentido as pesquisadoras, diante do proposto na pesquisa buscaram ter um conhecimento contextualizado do objeto de estudo, levando em consideração a cultura local.

Coelho, Frizzo e Marcondes (2010) ensinam que os Coredes foram criados a partir do início do ano de 1991, legalmente instituídos através da Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, e regulamentados através do Decreto nº 35.764, de 28 de dezembro de 1994. O Conselho Regional de Desenvolvimento tem foro jurídico na comarca em que reside seu Presidente e sede política em todos os municípios que o integram. O funcionamento ocorre através da discussão e deliberação em reuniões plenárias, realizadas em caráter ordinário ou extraordinário, sobre temas de interesse regional.

De acordo com os mesmo autores e segundo estabelecido na Lei, os Coredes têm as seguintes atribuições:

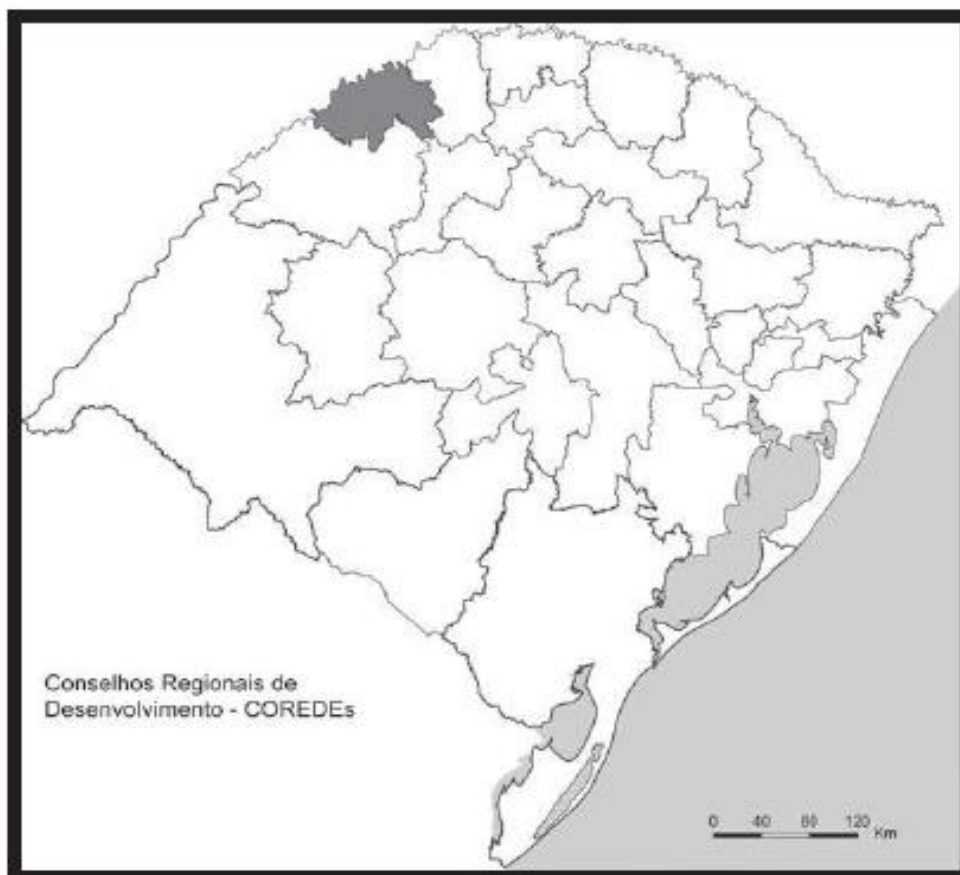
- promover a participação de todos os segmentos da sociedade regional no diagnóstico de suas necessidades e potencialidades, para a formulação e implementação as políticas de desenvolvimento integrado da região;
- elaborar planos estratégicos de desenvolvimento regional;
- manter espaço permanente de participação democrática, resgatando a cidadania, através da valorização da ação política;
- constituir-se em instância de regionalização do orçamento do Estado, conforme estabelece o art. 149, parágrafo 8º, da Constituição do Estado;
- orientar e acompanhar, de forma sistemática, o desempenho das ações dos Governos Estadual e Federal, na região;
- respaldar as ações do Governo do Estado na busca de maior participação nas decisões nacionais.

Ainda conforme Coelho, Frizzo e Marcondes (2010, p. 8) cabe aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento exercer um papel de alta relevância, tanto para as regiões que representam, como para o Estado como um todo e para o Governo Estadual, independentemente de sua composição político-partidária, no desempenho das seguintes atividades:

- produção e discussão de diagnósticos regionais, visando à elaboração dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regionais e Estaduais e suas respectivas alterações e atualizações, em colaboração com os órgãos estaduais, especialmente, os das áreas do planejamento e das relações institucionais, com as instituições de ensino superior e outras entidades públicas e privadas;
- ajudar na identificação das principais necessidades de atendimento no que se refere aos serviços de responsabilidade do Estado;
- fiscalizar a qualidade dos serviços prestados pelos órgãos estaduais;
- colaborar na busca de fontes alternativas de recursos para o financiamento de investimentos públicos;
- apoiar, junto ao Governo Federal, a reivindicações de interesse regional encaminhadas pelo Governo do Estado;
- mobilizar a comunidade regional em torno de campanhas de interesse público desencadeadas pelos Governos.

O Corede Fronteira Noroeste é formado por 20 municípios: Alecrim; Alegria; Boa Vista do Buricá; Campina das Missões; Candido Godói; Doutor Maurício Cardoso; Horizontina; Independência; Nova Candelária; Novo Machado; Porto Lucena; Porto Mauá; Porto Vera Cruz; Santa Rosa; Santo Cristo; São José do Inhacorá; Senador Salgado Filho; Três de Maio; Tucunduva; Tuparendi. Seu município-sede é Santa Rosa e o presidente é Pedro Luís Büttenbender.

Figura 2 – Localização do Corede Fronteira Noroeste no mapa do Rio Grande do Sul



Fonte: Coelho, Frizzo e Marcondes (2010, p. 84).

Suas propostas elaboradas no plano 2012 – 2014, de acordo com Coelho, Frizzo e Marcondes (2010, p. 84) são Investimento nas fontes de produção energética: exemplos das Hidroelétricas, Pequenas Centrais Hidrelétricas-PCHs e a produção de Bioenergias limpas (etanol e biodiesel);

- Ponte Internacional Porto Mauá/Alba Posse;
- Projetos de Irrigação (combate as estiagens);
- Incentivo às cadeias produtivas: alimentos (leite, suínos, grãos, hortigranjeiros-fruticultura, agricultura familiar); indústria metal-mecânica; madeiro-moveleiro; confecções; turismo;
- Infraestrutura viária: acessos asfaltados as sedes de todos os municípios da região; ampliação e qualificação do transporte ferroviário; qualificação do aeroporto regional de Santa Rosa;
- Ampliar investimentos em ciência e tecnologia e qualificar os acessos à educação técnico-profissional e superior na Região;
- Projetos de saneamento básico, águas fluviais e preservação ambiental;
- Projetos habitacionais (urbanos e rurais);
- Fortalecimento e qualificação dos programas de saúde;
- Fortalecimento das políticas públicas de segurança.

Para a concretização de todas essas propostas surge o papel do ser social descrita por Lessa (1993, p.11) como sendo “uma esfera ontológica distinta das esferas naturais”.

Em "Para a Reconstrução do Materialismo Histórico", argumenta Habermas (1990) que o trabalho não é a categoria fundante do ser social, pois esta categoria já se encontra presente nos primatas superiores e nos homínídeos. O que distingue o ser social da natureza, portanto, é a articulação do trabalho com a fala, esta sim uma exclusividade do ser social.

A «teoria do significado» permite a Habermas encontrar num «mundo da vida», definido enquanto saber pré-temático, o lugar transcendental em que se apoiaria a intersubjetividade. Este seria o fundamento último do consenso intersubjetivo sem o qual não haveria, para Habermas, a articulação entre trabalho e linguagem que caracterizaria o ser social (LESSA, 1993, p.33).

Já por social, Lukács, após Marx, concebe uma substancialidade do mundo dos homens que é resultado exclusivo da ação e pensamento dos homens, enquanto indivíduos e enquanto gênero humano. Isto significa que os homens fazem a sua história e que este fazer a história não encontra em nenhuma instância - "natural" ou não - qualquer limite para o seu desenvolvimento. Os homens são os senhores absolutos do seu destino. Não há, pois, qualquer possibilidade em buscar na natureza uma essência fixa como referencial para a valoração e crítica da sociabilidade capitalista (LESSA, 1993, p.40).

Portanto ser social é diferente de atores sociais, pois o primeiro se percebe no outro, ele pensa, ele trabalha, enquanto que o segundo representa o coletivo/coletividade, pode ser um partido, um grupo.

Com relação aos Coredes o que foi analisado “os atores locais, por sua vez, são todos aqueles agentes que no campo político, econômico, social e cultural são portadores e fomentadores das potencialidades locais. Para isso, o ator deve formar parte da sociedade e reconhecer-se em sua história e em seu sistema de normas e valores. Ator que forma parte de uma história e é também portador de alternativas (AROCENA, 1988, p. 14 apud TENÓRIO, 2004).

As particularidades da categoria pluralismo revelam-se quando relacionadas a cidadãos que estejam em atuação em associações, grupos e organizações (MELO *in* TENÓRIO, 2012). Os cidadãos que não agem como atores sociais sujeitos organizados permanecem praticamente excluídos do contexto dos programas e ações existentes na região.

Num primeiro momento foi possível perceber que a participação no Corede Fronteira Noroeste se dá, principalmente por instituições de ensino de nível superior e posteriormente constatado em conversas com representantes dos grupos “contrariamente ao que ocorre em situações de mais desenvolvimento, as universidades comunitárias do RS tendem a ocupar não apenas o seu espaço, mas muitos outros, dada a carência de quadros bem formados que sejam porta-vozes de outros interesses, ou pontos de vista. E se tal “invasão” pode muitas vezes até ser benéfica, em certos casos ela pode atrapalhar e retardar o processo de formulação, negociação e viabilização de alternativas” (especialista na área - Santa Rosa).

Contudo, a participação das Instituições de Ensino Superior (IES) nem sempre são tranquilas.

De uma maneira geral, as Universidades tendem a encarar o apoio aos Coredes como uma forma de integração com a comunidade das regiões em que atuam. Vários conselhos têm sido presididos por reitores, pró-reitores, diretores de unidades ou professores, sendo raros os que não contam regularmente com a presença de elementos ligados a entidades desse tipo em cargos da sua Diretoria Executiva (BANDEIRA, 2007, p.17).

Pode-se observar, assim, que as universidades e faculdades atuam como atores sujeitos na medida em que possuem influência no ambiente cultural da região do Corede Fronteira Noroeste e são elas a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí – o pró-reitor é o presidente do Corede), a Faculdade Três de Maio (Setrem), as Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA – o diretor das faculdades é o tesoureiro), Faculdade Horizontina (FAHOR – o vice-diretor da faculdade é o secretário).

Contudo, haveria segundo Bandeira (2007) o problema do apoio instável das universidades: as disputas internas dessas instituições tenderiam a interferir com o trabalho dos conselhos.

Relato como o apontado a seguir, a fragilidade da intervenção das universidades/faculdades no Corede Fronteira Noroeste: “a rigor, para que as universidades pudessem desempenhar um papel exemplar na orientação (e até condução) dos Coredes, seria necessário que elas evitassem qualquer envolvimento com as inevitáveis disputas político-partidárias. Uma organização voltada ao desenvolvimento regional só evolui e se fortaleça se conseguir que o entendimento e a concertação entre seus principais agentes possa sobreviver aos periódicos terremotos eleitorais” (especialista na área - Santa Rosa).

O presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento (Comude) de Santa Rosa ilustra a atuação dos atores sujeitos no Corede em questão: “os atores mais ativos neste processo são as universidades (Unijuí, FEMA, FAHOR, Setrem, entre outras), os conselhos regional (Corede/FN) e municipal (Comude) de desenvolvimento, a AMGSR¹ (prefeituras de Santa Rosa, Três de Maio, Horizontina, entre outras), entidades (AD, Acisap, Sindilojas, CDL, Sinduscom, Simmesr, Federasul, entre outras)... e muitos outros atores e atrizes que colaboram nas ações”.

De acordo com o representante do Comude além das universidades, também os conselhos são atores sujeitos envolvidos no Conselho Regional de Desenvolvimento, entretanto apesar de evidências pontuais, Tenório (2011) “como são os casos dos conselhos municipais, dos orçamentos participativos e de outras inovações no compartilhamento de decisões, o estado da arte decisória no Brasil ainda carece de hábitos que estimulem o agir democratizante, de uma sociedade deliberativa” (p.73).

Sobre os conselhos o especialista na área entrevistado é enfático ao responder: “o pior é que muitas políticas do governo federal enveredam pela contramão, ao exigirem que pequenos municípios “se voltem para o próprio umbigo”, mediante criação de conselhos municipais, quando o mais importante seria induzir articulações intermunicipais. É compreensível que se queira incentivar a fiscalização da sociedade sobre o uso que as prefeituras fazem das de verbas federais. Mas é equivocado pretender que um conselho de um minúsculo município possa sozinho diagnosticar e planejar seu próprio desenvolvimento”.

Em relação ainda ao pluralismo e a participação dos diferentes atores e seu perfil o poder público representado pelas prefeituras de Santa Rosa, Três de Maio, Porto Mauá (a prefeita é a vice-presidente do Corede), Horizontina, entre outras aparentam estar com seus quadros relativamente preparados e qualificados para a implementação de um processo de participação popular. Não obstante, Rover e Mussoi (2011) ensinam que o município, como unidade de gestão do desenvolvimento local, revela limites em termos de capacidade de investimentos, bem como quanto à escala de seu território para algumas ações econômicas, organizativas e ambientais, que exigem transcender as fronteiras municipais.

Segundo o depoimento de alguns dirigentes, os valores repassados pelo governo (nem sempre com regularidade) são insuficientes para atender as necessidades, sendo a diferença coberta pelo apoio de instituições e organizações da região (em geral universidades e prefeituras), que disponibilizam instalações, pessoal, materiais e equipamentos que tornam possível o funcionamento do conselho (BANDEIRA, 2007).

¹ AMGSR – Associação dos Municípios da Grande Santa Rosa.

AD – Agência de Desenvolvimento.

Acisap – Associação Comercial e de Serviços de Santa Rosa.

Sindilojas – Sindicato dos lojistas do Comércio de Santa Rosa.

CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas.

Sinduscom – Sindicato da Indústria e da Construção Civil.

Simmesr – Sindicato das Indústrias, Metalúrgicas, Mecânicas de Material Elétrico de Santa Rosa.

Federasul – Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande Do Sul.

De acordo com Tenório (2010) o perfil dos atores deve estar em consonância com a origem de sua representação, pois o pluralismo representa diferentes vozes que trazem para a discussão suas “verdades” e as confrontam na busca do consenso, dessa forma, é imprescindível observar as entidades (AD, Acisap, Sindilojas, CDL, Sinduscom, Simmesr, Federasul, entre outras) a fim de identificar sua atuação enquanto atores sujeitos no Corede Fronteira Noroeste.

A criação e a consolidação de diversos canais de participação social – como os Conselhos de Políticas Públicas, Conferências, Ouvidorias, Mesas de Negociação, Consultas e Audiências Públicas – contribuíram para estimular parcerias e ampliar a participação efetiva das entidades e dos movimentos sociais nas decisões governamentais (TENÓRIO, 2011).

Não basta, portanto, um arranjo plural dos distintos espaços, é importante também conhecer como foi o processo de eleição daqueles que ocupam o espaço em determinado período.

No Corede Fronteira Noroeste o Presidente é representante de IES, assim como o secretário e tesoureiro, a vice-presidente é prefeita o que configura o atual quadro da composição nos dos Coredes em nível estadual.

Os representantes de IES ocupam ainda seis das vice-presidências (18,2%) e oito vagas dos demais cargos (11,3%), sendo que no total ocupam 21,2% dos cargos das diretorias executivas dos Coredes. (...) Ainda que ocupem apenas a presidência de um Corede, os prefeitos e vice-prefeitos são o segundo segmento mais presente nas diretorias executivas, ocupando 22 cargos (16,7 %) no total, sendo quinze vice-presidências (45,5%) ALEBRANDT et al, 2011, p.270).

Diante das questões expostas à cima, se faz necessário refletir sobre os elos difusos, que “representam os elementos encontrados no ambiente que afetam a execução das políticas públicas e que podem prejudicar ou beneficiar direta ou indiretamente sua operacionalidade” (TENÓRIO e SILVA, 1998, p. 55). Para isso, é fundamental preocupar-se com a coordenação interinstitucional e os conflitos que dificultam tal coordenação. Um instrumento eficaz é aquele capaz de coordenar uma atividade em um determinado território de tal forma que aproxime os elos mais antagônicos, mais difusos dos mais próximos. Para isso, é necessário mapear, identificar e depois coordenar.

Os principais conflitos de coordenação: as ações corporativas, as organizações financiadoras, conflitos orçamentários, capacidade treinada, capacidade instalada, entre outras. Como dito anteriormente, não bastando identificar os agentes, ao observar as principais dificuldades de coordenação são: diferenças de entendimento quanto aos objetivos por parte dos atores, diferenças nas estruturas organizacionais, diferenças interpessoais e por fim, no processo de coordenação são elementares os seguintes questionamentos: quais organizações participarão, quais as relações (decisória/técnica/administrativa) existem entre elas, qual a capacidade treinada/ instalada nas organizações envolvidas e aonde se encontra o poder de decisão que determina o envolvimento das organizações.

METODOLOGIA:

O estudo caracterizou-se por uma abordagem descritiva-interpretativa. A seleção do Corede Fronteira Noroeste foi feita pelo critério de acessibilidade, uma vez que as pesquisadoras residem no município-sede: Santa Rosa/RS.

Os entrevistados foram escolhidos pelo método não-probabilístico de amostragem, por julgamento e acessibilidade, em que as pessoas são escolhidas por preencherem determinados critérios e pela relevância de suas informações.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com representantes dos grupos de interesse envolvidos. Foram entrevistados o atual presidente do Corede Fronteira Noroeste bem como, o atual presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento

– Comudee um pesquisador da área. Alguns cuidados foram tomados na seleção destes sujeitos, principalmente levando em consideração o fato de terem sido entrevistadas as pessoas que lidam o mais diretamente possível com tais questões.

Para o tratamento das informações obtidas, utilizou-se o quadro cidadania deliberativa, critérios de análise proposto por: Tenório (2007), Castellà e Jorba (2005), Jorba, Martí e Parés (2007), Parés e Castellà (2008) *in* Tenório (2012b) demonstrado na figura1 que segue logo a baixo, para discutir a categoria pluralismo, a qual enfatiza os critérios: participação de diferentes atores e perfil dos atores, que são os focos desta pesquisa.

Figura 1 - Cidadania deliberativa: critérios de análise

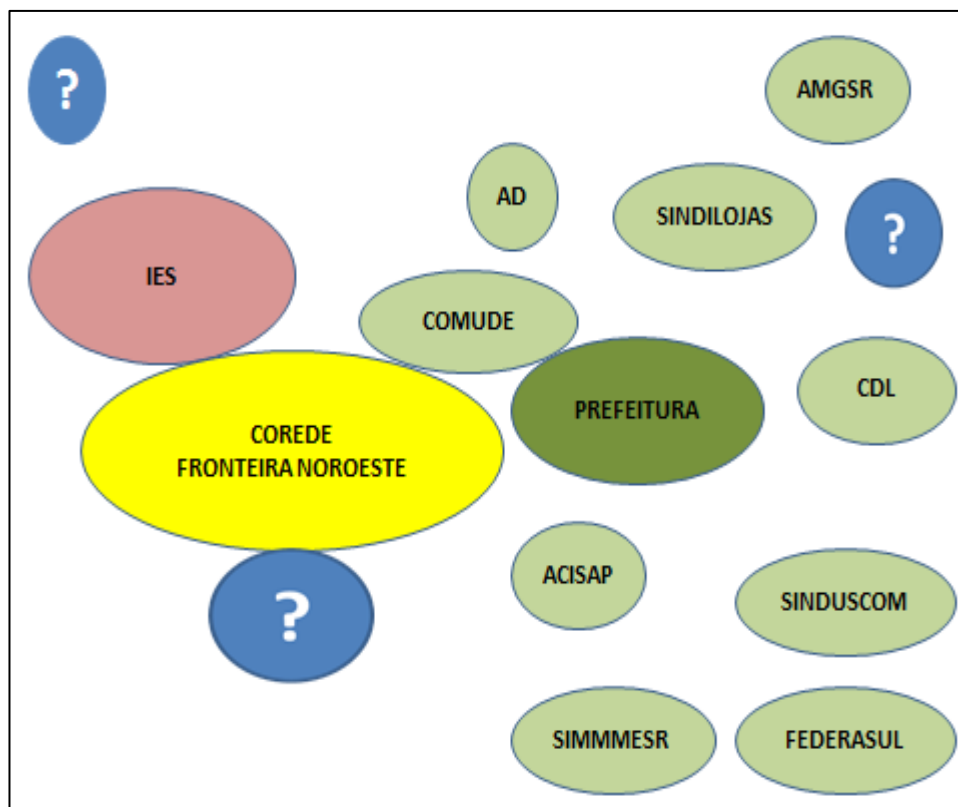
Categories	Crítérios
Processo de discussão: discussão de problemas através da autoridade negociada na esfera pública. Pressupõe igualdade de direitos e é entendido como um espaço intersubjetivo e comunicativo que possibilita o entendimento dos atores sociais envolvidos.	Canais de difusão: existência e utilização de canais adequados ao acesso à informação para a mobilização dos potenciais participantes
	Qualidade da informação: diversidade, clareza e utilidade da informação proporcionada aos atores envolvidos.
	Espaços de transversalidade: espaços que atravessam setores no intuito de integrar diferentes pontos de vista.
	Pluralidade do grupo promotor: compartilhamento da liderança afim de reunir diferentes potenciais atores.
	Órgãos existentes: uso de órgãos e estruturas já existentes evitando a duplicação das estruturas.
	Órgãos de acompanhamento: existência de um órgão que faça o acompanhamento de todo o processo, desde sua elaboração até a implementação, garantindo a coerência e fidelidade ao que foi deliberado de forma participativa.
Inclusão: incorporação de atores individuais e coletivos anteriormente excluídos dos espaços decisórios de políticas públicas.	Relação com outros processos participativos: interação com outros sistemas participativos já existentes na região.
	Abertura dos espaços de decisão: processos, mecanismos, instituições que favorecem a articulação dos interesses dos cidadãos ou dos grupos, dando uma chance igual a todos de participação na tomada de decisão.
	Aceitação social, política e técnica: reconhecimento pelos atores da necessidade de uma metodologia participativa, tanto no âmbito social, quanto no político e no técnico.
Pluralismo: multiplicidade de atores (poder público, mercado e sociedade civil) que, a partir de seus diferentes pontos de vista, estão envolvidos no processo de tomada de decisão nas políticas públicas.	Valorização cidadã: valorização por parte da cidadania sobre a relevância da sua participação.
	Participação de diferentes atores: atuação de associações, movimentos e organizações, bem como cidadãos não organizados, envolvidos no processo deliberativo.
Igualdade participativa: isonomia efetiva de atuação nos processos de tomada de decisão nas políticas públicas.	Perfil dos atores: características dos atores em relação as suas experiências em processos democráticos de participação.
	Forma de escolha de representantes: métodos utilizados para a escolha de representantes.
	Discursos dos representantes: valorização de processos participativos nos discursos exercidos por representantes.
Autonomia: apropriação indistinta do poder decisório pelos diferentes atores nas políticas públicas.	Avaliação participativa: intervenção dos participantes no acompanhamento e na avaliação das políticas públicas.
	Origem das proposições: identificação da iniciativa das proposições e sua congruência com o interesse dos beneficiários das políticas públicas adotadas.
	Alçada dos atores: intensidade com que as administrações locais, dentro de determinado território, podem intervir na problemática planejada.
	Perfil da liderança: características da liderança em relação à condução descentralizadora do processo de deliberação e de execução.
Bem comum: bem-estar social alcançado através da prática republicana.	Possibilidade de exercer a própria vontade: instituições, normas e procedimentos que permitam o exercício da vontade política individual ou coletiva.
	Objetivos alcançados: relação entre os objetivos planejados e os realizados.
	Aprovação cidadã dos resultados: avaliação positiva dos atores sobre os resultados alcançados.

Fonte: Tenório (2007), Castellà e Jorba (2005), Jorba, Martí e Parés (2007), Parés e Castellà (2008) in: Tenório (2012b, p. 39).

RESULTADOS E CONCLUSÕES:

Os atores sujeitos do Corede Fronteira Noroeste identificados podem ser visualizados a partir da figura 3. Em destaque amarelo o objeto de estudo. Cita-se que, quanto maior o círculo, maior o envolvimento, valendo assim, para o oposto. Quanto mais próximo do círculo, maior será a representatividade desse ator na área, mais distante, menos representatividade. Os pontos de interrogações são os possíveis novos atores ou aqueles atores que não foram passíveis de identificação pelas pesquisadoras.

Figura 3 – Identificação dos atores do Corede - Fronteira Noroeste



Fonte: elaborado pelas autoras (2013).

Pode - se observar pela a figura 3 que as IES e as prefeituras são os atores mais atuantes no Corede Fronteira Noroeste, considerados assim, atores sujeitos. Contudo, os demais atores não deixam de serem sujeitos, mas atuam de acordo com suas ações corporativas ou sua capacidade treinada ou com sua capacidade instalada. Desta maneira, ressalta-se que cada um dos 20 municípios do Corede Fronteira Noroeste apresenta suas peculiaridades.

Considerar as diferenças locais é valorizar o potencial individual das relações decisórias, técnicas e administrativas existentes entre cada uma das organizações que participam do desenvolvimento local.

Ademais, o que pode ser ressaltado é que os atores regionais ainda não conhecem o seu potencial político, tão pouco tem entendimento de sua função cidadão. Na maioria das vezes restringem-se a uma dimensão reivindicatória.

O bem comum, que é o bem-estar social alcançado através da prática republicana precisa sem dúvidas levar em consideração os objetivos planejados e os a serem realizados e, sobretudo obterem uma avaliação positiva dos atores sobre os resultados alcançados.

O envolvimento do conjunto dos segmentos sociais é fundamental para alcançar o bem comum, sem o qual a noção de desenvolvimento não se consolida. Cazella, Bonnal e Maluf (2009) são contundentes ao afirmar que os casos bem-sucedidos de desenvolvimento territorial contam com a articulação, em algum grau, dos atores públicos, dos atores privados (bancos, empresas, caixas de poupança etc.) e da sociedade civil (sindicatos, associações etc.).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALLEBRANDT, S. L. et al. Gestão social e cidadania deliberativa: uma análise da experiência dos Coredes no Rio Grande do Sul, 1990-2010. **Cadernos EBAPE.BR** (FGV), v. 9, p. 914-945, 2011.

BANDEIRA, P. S. . Uma Experiência de Institucionalização de Regiões no Brasil: Os COREDEs do Rio Grande do Sul. In: **Colóquio Internacional Sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável**, 2007, Florianópolis. Colóquio Internacional Sobre Desenvolvimento Territorial Sustentável, 2007.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. v. II. 9ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1997, p. 928-933.

CANÇADO, Airton Cardoso; TENÓRIO, Fernando Guilherme e PEREIRA, José Roberto. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cad. EBAPE.BR [online]**. 2011, vol.9, n.3, pp. 681-703. ISSN 1679-3951. <http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512011000300002>.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. Olhares disciplinares sobre território e desenvolvimento territorial. In: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Org.). **Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento regional no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

COELHO, J. G.L; FRIZZO, P.A.; MARCONDES, V. **PRÓ-RS IV: propostas estratégicas para o desenvolvimento regional de estado do Rio Grande do Sul (2011-2014)**. Passografic, 2010.

DALLABRIDA, V.R. Gobernanza Y Planificación Territorial: para la institucionalización de una de “concertación pública-privada”. In: **Documentos y aportes em administración pública y gestión estatal**. Año 3, nº4, Santa Fe (Ar), 2003, p. 61-94.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. **Resumo Estatístico RS – Coredes**. Disponível em <www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes.php>. Acesso em: 04 de jan. de 2013.

HABERMAS, J. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. 2ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

MELO, W. S.. Microrregiões de Garanhuns (PE) inTENÓRIO, F.G. (org). **Cidadania e desenvolvimento local: critérios e análise**. 1.ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012b, v. 1, p.49-65.

MORAIS, I. R. DANTAS, E. M. Desenvolvimento sustentável e planejamento regional: a experiências do Rio grande do Norte/Brasil. In: **VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural**, 2006, Quito. Libro de resumo, 2006.

ROVER, O. J. ; MUSSOI, E. M. A reinvenção da relação Estado Sociedade através da gestão pública descentralizada: uma análise da descentralização política em Santa Catarina, Brasil. In: Valdir Roque Dallabrida. (Org.). **Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais**. 1ed.Rio de Janeiro: Garamond, 2011, v. 1, p. 138-154.

SEVERINO, A.J. Subsídios para uma reflexão sobre os novos caminhos da interdisciplinaridade, In: Sá, J. L. M. **Serviços sociais e interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 1989. p. 11-21.

TENÓRIO, F.G. **Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado: ensaios de gestão social**. 3ed. rev. e ampl. Editora: Unijuí, 2008.

_____. Gestão Social: uma réplica. In: RIGO, A.S.; SILVA JÚNIOR, J. T; SCHOMMER, P. C. **Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento: Ações, articulações e agenda**. Recife: UNIVASF, 2010.

_____. Descentralização político-administrativa, gestão social e participação cidadã. In: Valdir Roque Dallabrida. (Org.). **Gestão territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais**. 1ed.Rio de Janeiro: Garamond, 2011, v. , p. 73-93.

_____. Gestão Social, um conceito não idêntico? Ou a insuficiência inevitável do pensamento. In: CANÇADO, A. C. ; TENÓRIO F.G.; SILVA JR, J.T. (org). **Gestão Social: aspectos teóricos e aplicações**. Ijuí: Editora Unijuí, 2012a, v. p. 23-36.

_____. (org). **Cidadania e desenvolvimento local: critérios e análise**. 1.ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012b, v. 1, p.35.

_____. Cidadania e desenvolvimento local: casos brasileiros. In: **IX Congresso Internacional del Clad**, 2004, Madri. Anais do IX Congresso Internacional del clad, 2004.

_____. Silva, A. C. L. **Gestão Social: metodologia e casos**. FGV Editora: RJ, 1998.